

Brasil quase atinge meta da ONU para redução da pobreza, avalia economista

(Nielmar de Oliveira)

18 de Setembro de 2007 - 22h31

Rio de Janeiro - Ao reduzir de 35% para 19,31%, entre 1993 e 2006, o percentual de pobres entre os brasileiros, no período de 1993 a 2006, o Brasil quase atingiu, em metade do tempo previsto, uma das Metas do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) - a de reduzir a pobreza no mundo à metade em um prazo de 25 anos. A constatação é do coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri. Os números fazem parte da pesquisa “Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda: O Real do Lula”, que o Instituto de Economia da FGV divulga nesta quarta-feira (19).

Os oito objetivos foram lançados em 2000, durante a Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas. Na ocasião, 189 países assumiram o compromisso de cumprir as metas. Uma delas é reduzir pela metade o número de pessoas que estão em situação de miséria. Para alcançá-lo, a meta estipulada para o período entre 1990 e 2015 é reduzir pela metade a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC (paridade do poder de compra) por dia - indicador usado para eliminar a diferença de preços entre os países - em 2005, um dólar PPC por dia equivalia a R\$ 40 por mês.

Em entrevista à Agência Brasil, o economista Marcelo Neri antecipou algumas das informações contidas na pesquisa, elaborada com base em micro-dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). O levantamento revela que, enquanto em 2006, o crescimento do Produto Interno Bruto do país (PIB) per capita cresceu 2,3%, a renda domiciliar per capita, calculada a partir da análise da Pnad pelo Centro de Políticas Sociais FGV, chegou a expandir 9,16%, “mais próximo a um crescimento chinês”, ressalta Neri.

“Olhando a distribuição de renda, os 50% mais pobres cresceram o seu bolo em 12% e os 10% mais ricos em 7,8%. Ou seja, o bolo cresceu para todos, mas com mais fermento entre os mais pobres. Quase atingimos a Meta do Milênio pela nossa linha de pobreza, que é uma linha alta, em metade do tempo do compromisso das metas de redução da pobreza fixado pela ONU para um prazo de 25 anos”, avaliou.

O levantamento do Ibre/FGV indica que a evolução da pobreza no Brasil dá saltos. “Ela caiu muito com a estabilização do Real - de 35% para 28% - depois ficou estagnada no patamar dos 28% nos sete anos seguinte - para depois viver, estes últimos três anos espetaculares em termos de redução de pobreza”, espanta-se o professor.

Neri destacou outro fator importante nesta redução da desigualdade no país. “Ela conjuga uma recuperação econômica cada vez mais forte, com uma constante redução da desigualdade que vem desde 2001, o que é uma combinação bastante rara nos dias de hoje e não acontece na América Latina como um todo, nas mesmas proporções. A continuidade desta forte redução da desigualdade no país já complementamos meia década (de 2001 a 2006) - isto é algo inédito nas series históricas brasileiras. Oito pontos percentuais da população deixaram de ser pobres neste intervalo de menos de oito anos”, ressalta.

O economista da FGV atribui a “significativa” redução da desigualdade no país a uma conjunção de fatores. Há, de um lado, um crescimento importante de políticas sociais focadas nos mais pobres, como o Bolsa Família e que é um programa que tem a capacidade de chegar nos mais pobres. Por outro, há a nossa carga tributária, que é grande, e que está dando a oportunidade de que o orçamento social brasileiro aloque recursos para os mais pobres”.

“Houve um reajuste forte do salário mínimo, que eu acho que tem efeito mais imediato sobre a pobreza - mas talvez gere um impacto menor do que o Bolsa Família”. Para o economista, houve também fortes e importantes reversões trabalhistas, que culminaram com a geração de 2,1 milhão de postos de trabalho formais - aliadas à recuperação de parte das perdas salariais do passado, verificada em 2006.

“Então, o que nos tranquiliza um pouco é que não é só a renda transferida pelo estado que sustenta esta distribuição, apesar dela desempenhar um papel importante - mas também renda gerada a partir do trabalho. Essa redução da pobreza e da desigualdade está lastreada em renda do trabalho, da previdência e do Bolsa Família. Emprego com aumento do salário é algo mais sustentável no longo prazo”, acredita.